

A prática da sociologia no nível médio: entre experiências que nunca cessam

TIAGO ROBERTO RAMOS*

Resumo: Proponho, neste ensaio, algumas reflexões acerca da posição atual da sociologia no ensino médio. Problematizo o cenário de instabilidade institucional desenhado em meados de 2015/2016 e as ações do atual governo que sinalizam para o desmonte da estrutura educacional que vinha sendo formulada de forma democrática, participativa e plural. Objetivamente quero pontuar elementos de experiências passadas que estão presentes nas atuais propostas de mudanças da política educacional. Para tanto, retomo a história política recente brasileira observando as articulações entre as políticas educacionais e o projeto de nação. Interpreto a direção das atuais mudanças em curso para pensarmos coletivamente em estratégias de atuação capazes de preservar algumas conquistas.

Palavras-chave: Sociologia no Ensino Médio; Escola; Currículo; Política educacional.



* **TIAGO ROBERTO RAMOS** é professor do ensino médio na rede pública do estado do Paraná. Mestre em Ciências Sociais (UEM).



Foto do autor

Introdução

Grande parte da comunidade intelectual da sociologia lutou nas últimas três décadas pelo reconhecimento desse saber e da sua importância na formação de uma cidadania mais crítica e participativa. Os embates travados para garantir a presença da disciplina nos currículos escolares foi uma das frentes batalhas que a comunidade intelectual criou para transformar alguns dos ideais da constituinte de 1988¹ em prática social e política.

Após tortuoso caminho, em 2008, o Conselho Nacional de Educação deliberou pela obrigatoriedade da sociologia como uma disciplina a ser

ofertada no currículo das três séries do nível médio. Como consequência, se ampliou o mercado de trabalho para o profissional da área e se fortaleceu o debate em torno da legitimidade científica e social da sociologia como um saber escolar.

A partir desses movimentos a sociologia foi ampliando seu impacto na esfera pública. Formulou uma posição interessante na escola e na cultura que esse espaço produz, além de ter se notabilizado como um conhecimento público e acessível, não apenas erudito e acadêmico.²

¹ Importante indicar que a constituinte de 1988 teve presença de relevantes figuras da sociologia brasileira, como Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro.

² Enquanto no universo acadêmico a sociologia se apresenta como um saber apenas para os iniciados, sendo essa uma característica mais própria da organização político-social da academia do que uma característica da ciência, no espaço escolar a prática pedagógica tem

Entre 2016 e 2017, se desenhou um cenário que impõe certo pessimismo. Levantaram-se movimentos que questionam a presença do saber sociológico nas escolas. Por isso, proponho, aqui, lançar mão dos recursos que essa ciência nos lega, para refletir sobre esse cenário de instabilidade e as ameaças que se impõe a prática da sociologia escolar tal qual como realizada hoje. O compromisso do texto que se segue é com essa reflexão. Retomo a história recente da sociologia no nível médio, bem como das políticas educacionais que permitiram essa conquista, com o objetivo de pontuar no debate atual elementos de experiências passadas que retornam com novas configurações.

Indico o contexto contemporâneo e os aspectos institucionais relativos à presença da sociologia no ensino médio, refletindo sobre o cenário da atuação profissional nesse nível e os desafios encontrados pela geração que precisou encarar essa tarefa. A partir dessa retomada, sigo buscando entender o lugar que a sociologia passou a ocupar no interior dos espaços escolares e a identidade que ela foi construindo nesses espaços. Essas duas reflexões articuladas apresentam o legado histórico já construído pela experiência recente da sociologia no nível médio, o que permite avaliar com cautela os recursos que a área possui disponível para fazer frente às ameaças que sofre.

valorizado os esforços de produzir mediações capazes de transformar o saber sociológico em um conhecimento acessível, ampliando assim sua superfície de contato com a população em geral.

Interpretando a presença da sociologia no nível médio

Pelo que tenho observado no espaço universitário, entre colegas de formação e nas escolas públicas do estado do Paraná, o passado recente da sociologia, no ensino médio, foi marcado por algum otimismo.

Enquanto estudante de Ciências Sociais, entre 2007-2010, na Universidade Estadual de Maringá (UEM), notava entre professores e alunos um entusiasmo pelos rumos que o sistema de educação nacional tomava e pela importância da sociologia nesse sistema. Políticas de apoio e incentivo aos cursos de licenciatura³, promovidas pela união ou pelos estados, fortaleciam a posição da geração dos nossos mestres que identificavam mudanças positivas e promissoras para o futuro da educação brasileira.

Esse entusiasmo se fortalecia com a proposta de gerar uma intervenção sistemática e organizada na esfera pública a partir da presença da sociologia na escola. A garantia institucional, de uma oferta curricular obrigatória, pode ser entendida como uma estratégia de caráter nacional que visava alargar os limites da atuação do saber sociológico, bem como de qualificação da população para um debate público mais crítico. O acesso ao conhecimento sociológico, ao repertório de saberes e às práticas elaboradas por

³ No estado do Paraná o governo local mantinha o Programa de Extensão Universidade sem Fronteiras, que financiou atividades de apoio às licenciaturas e, entre elas, a do Laboratório de Ensino de Sociologia da UEM. Em nível nacional o governo federal criou o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) em 2007 para financiar atividades de apoio a licenciaturas e formação de professores.

essa ciência, produziu em certos aspectos, uma juventude mais compromissada com a coisa pública.

Um indício de que essa estratégia obteve relativo sucesso, foi a recente mobilização da juventude que ocupou escolas em diferentes estados, solicitando melhorias na qualidade da educação, afirmando, claramente, “a escola é nossa”, redimensionando assim o sentido da esfera pública brasileira, fazendo frente aos ataques pelos direitos conquistados. Juntou-se a isso o fato de que essa juventude faz parte dos primeiros ciclos geracionais que, no século XXI, tiveram acesso ao conhecimento sociológico no nível médio.

Os documentos que organizam a oferta do ensino de sociologia apresentam os princípios que tornaram isso possível. O estranhamento e a desnaturalização, como princípios norteadores da prática didática, revelam a expectativa nutrida de que o conhecimento sociológico fosse capaz de transformar os agentes aos quais ele se direciona e assim modificar as realidades nas quais esses agentes se inserem.

Como encaminhamento metodológico essa alternativa se mostrou mais do que produtiva, caracterizou e norteou a construção da identidade da sociologia como disciplina escolar. Hoje, a produção do conhecimento sociológico na escola segue, geralmente, um movimento que vai do estranhamento ao questionamento e deste a desnaturalização. Se o poema de Brecht⁴ representa essa visão, só nos cabe atestar que a experiência recente

⁴ Conferir BRECHT, Bertolt. A exceção e a regra. In: Teatro completo. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. v. 4. p. 129-160.

da sociologia, efetivamente, mostrou na prática: nada é impossível de mudar⁵.

Para quem atua cotidianamente na escola pública, é notável que a despeito das enormes dificuldades, a sociologia consegue promover pequenas fissuras nas visões cristalizadas que muitos alunos – e também professores, pedagogos, secretários, equipe gestora – apresentam. Ao ampliar a compreensão de mundo desses sujeitos, amplia também as possibilidades de inserção desses atores na esfera pública.

Quase sempre essas transformações promovidas pelo contato com o saber sociológico se convertem em conflitos no interior dos espaços escolares. Conflitos que expressam a tomada de consciência que se conquista a partir da apropriação do repertório de conhecimentos da sociologia. Na escola, regida em sua maioria pela disciplinarização excessiva de todos os comportamentos, o conflito é sempre motivo de desconfiança. Da desconfiança com o conflito, que questiona a ordem normativa, nasce a desconfiança com a própria sociologia.

Alguns questionamentos, que alunos e professores de sociologia apresentam nas diferentes esferas do espaço escolar, incomodam e desestabilizam. O sucesso ou insucesso da sociologia, nesse espaço, depende do tipo de reação que os agentes, que compõe a escola, esboçam quando inquiridos pela dinâmica própria da disciplina. Em muitos lugares esses agentes se

⁵ Se tomarmos como princípio essa proposta para ler a história recente, veremos que foi a luta organizada em diferentes níveis e encapada por diferentes atores que levou a sociologia da marginalização curricular ao centro do debate escolar.

mobilizam para silenciar os conflitos e garantir a normalidade (que as coisas se mantenham como estão), em outros, eles incentivam e dão voz ao conflito, para que as coisas nunca cessem de mudar.

Pelo que observo na realidade que atuo, a sociologia é bem quista no espaço da escola, principalmente por aqueles que visualizam nela uma chance de responder (quando possível) a angústias e curiosidades que em outros espaços (família, religião) não são debatidos. A sociologia tematiza questões que interessam a juventude. Resguardado a letargia inerente a estrutura da escola, os alunos tendem a reagir positivamente àquilo que a sociologia propõe como reflexão. Bitencourt e Rodrigues (2015), ao relatar a experiência de jovens que decidem cursar Ciências Sociais, apontam que pesa muito nessa decisão a prática docente da disciplina e o tipo de compreensão que ela proporciona acerca da complexidade das relações sociais.

Esse diagnóstico é relevante para entendermos a presença da sociologia no espaço escolar. Ela se fortalece, nesse espaço, na medida em que permite aos agentes, que compõe a escola, desenvolverem uma consciência dessa realidade, despertando um novo olhar sobre ela. Esse olhar pode assumir duas direções. Pode apresentar os problemas/dilemas que se manifestam nesse espaço ou pode indicar experiências assertivas e de sucesso. Quando apresenta problemas, quase sempre de difícil enfrentamento, promovem mobilizações de vulto, como, o já citado, movimento de ocupações da escola e da escolha das Ciências Sociais como profissão. Quando indica experiências de sucesso,

contribui para consolidação e ampliação de práticas que fazem da escola brasileira um espaço de profícua produção social e intelectual.

O fato é que a presença da sociologia no nível médio contribuiu para diferentes mobilizações nos microcosmos das escolas brasileiras. E como todo movimento transforma, a sociologia não pode permanecer na escola se não conseguir modificar a percepção dos agentes que a produzem. Da maneira como vem sendo praticada, a sociologia na escola é mais do que uma disciplina, aos poucos ela vinha/vem se fortalecendo como uma efetiva estratégia de mudança organizada.

Se no universo acadêmico a sociologia se consolida como ciência dedicada ao estudo das mudanças e permanências do mundo moderno; na esfera dos movimentos sociais ela é recurso fundamental na conscientização e elaboração de estratégias de ação política; no chão da escola a sociologia vem conseguindo reunir esses dois aspectos de ser uma ciência de interpretação e ação. Capacita os agentes escolares (alunos, pais, professores, pedagogos) a produzirem leituras críticas da realidade social e, a partir disso, qualifica a ação desses sujeitos.

Em longo prazo esse processo ensaiava corroborar o otimismo presente no nosso meio. Ele era a realização da proposta democrática de sociedade fundada na Nova República. Entre 2016/2017, esse otimismo foi tomado de assalto. Em seu lugar, convivemos com o temor e a angústia que nos consome quando deparamos com uma agenda de mudanças conservadoras e retrógradas.

Fantasmas que retornam

Um dos principais argumentos daqueles que atacam a instituição escolar, se resume, hoje, na ideia de que a escola, especialmente a pública, promove a doutrinação de esquerda dos alunos. A sociologia, nessa lógica, seria a principal responsável por realizar essa doutrinação. O movimento escola sem partido, por exemplo, pretende reconfigurar as práticas escolares fundamentados nesse argumento.

Entendo que esse argumento revive um evento recente da nossa história política, na qual a escola servia (resguardados certos limites) a um processo que podemos caracterizar como doutrinador. As reformas educacionais realizadas pelos militares inseriram, no espaço escolar, concepções valorativas formuladas no interior da Escola Superior de Guerra, preocupada sempre com a política de Segurança Nacional que, como sabemos, fundamentava crimes e atrocidades cometidos por agentes do regime. O Regime Militar foi um dos grandes responsáveis por produzir uma escola castradora das liberdades civis e individuais. As Políticas de Segurança Nacional possuíam caráter totalitário, formuladas no contexto da Guerra Fria e serviam como estratégias para conter conflitos, divergências e extinguir a diversidade e pluralidade de ideias e posições políticas (NUNES; REZENDE, 2008).

Entre as estratégias adotadas pelos militares estava o ensino obrigatório de disciplinas como Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil. O objetivo era de educar os sujeitos para a obediência aos princípios morais e valores éticos predominantes na sociedade. A consequência direta foi

o esvaziamento de disciplinas como História, Geografia, Filosofia e Sociologia. O ufanismo nacionalista entrava no currículo para justificar o projeto de nação dos militares. O currículo foi, portanto, usado estrategicamente para produzir a legitimidade social da qual o regime, parcialmente, carecia (NUNES; REZENDE, 2008).

As políticas curriculares, nesse sentido, nunca falam exclusivamente da educação, mas indicam o projeto de sociedade e nação que se pretende construir. Acerca disso, há duas reflexões necessárias. Primeiro, como já alertou Meucci (2015), a sociologia esteve presente de diferentes formas no currículo escolar, em momentos históricos distintos e com objetivos políticos questionáveis. No início do século XX, por exemplo, a disciplina sustentava pretensões da elite burguesa nacional e do seu projeto de modernização. Segundo, que a utilização das referências da sociologia por si só não implica na efetiva prática sociológica no espaço escolar. Mesmo que crítica, a utilização do repertório da Sociologia em disciplinas como Organização Social e Política do Brasil não tinham um compromisso com valores modernos, como a liberdade individual e a participação política.

A estrutura institucional escolar, organizada pelos militares, buscava fazer desse espaço um local de mera reprodução dos saberes científicos - e bem sabemos dos engodos que a ciência é capaz de atestar. No centro, dessa estrutura, estava a prática expositiva, não mediada, sem problematização, sem abertura ao diálogo, cujo principal objetivo era justificar a realidade de um

país que se fazia então cada vez mais pobre e desigual.

Colhemos, hoje, o resultado dessa formação promovida pelos militares. O argumento da doutrinação respira novamente ares soprados por aqueles que experimentaram, em tempos passados, os corredores de instituições que seguiam as determinações dos generais. Houve uma geração que efetivamente viveu uma experiência doutrinadora no espaço escolar. Que foi levada a acreditar, cegamente, no que a ciência produz, sem considerar que o princípio gerador do saber científico é a dúvida. Não podemos negligenciar o fato de que esses valores ainda são vívidos e presentes entre nós. Muitos dos agentes ocupam postos de liderança nas esferas de decisão reproduzem essas visões, mantendo uma percepção cristalizada do espaço escolar. Se junta a isso o caráter autoritário da sociedade brasileira, já indicado pelos clássicos do nosso pensamento social.

Foram a constituinte de 1988, a Nova República e a vasta legislação educacional que então se formalizou, na década de 1990, as responsáveis por preparar o túmulo e iniciar o cortejo de uma escola comprometida com um projeto autoritário de nação e sociedade. E como hoje, zumbis e lobisomens são produtos de sucesso na cena cultural, esses velhos cadáveres revivem e tornam a nos assustar. São eles os fantasmas encarados pelas primeiras gerações de profissionais que enfrentaram o desafio de ocupar o espaço escolar para ensinar sociologia no século XXI. Mais do que isso, são hoje, em grande parte, os articuladores das transformações conservadoras que temos visualizado em curso no cenário educacional.

Experiências que nunca cessam

A atual presença da sociologia no currículo escolar é resultado da luta democrática que se organizou em diferentes esferas. O compromisso da nossa disciplina é com o aprofundamento da cidadania democrática. A prática sociológica nas escolas está sob ataque também por conta desse compromisso.

A experiência da Nova República nos legou uma segurança institucional – que atualmente sofre seus primeiros assaltos – conquistada, bravamente, por diferentes agentes políticos e sociais. No campo educacional, essa segurança se materializou em uma legislação amplamente debatida, a LDB de 1996, e formulada pelos diferentes agentes envolvidos com políticas educacionais. Além da LDB, nos últimos anos, foi forte a participação de instâncias deliberativas independentes do governo na definição das políticas nacionais para o setor, como na construção do Plano Nacional de Educação.

Esse movimento é amplamente esclarecido por Silva et al. (2015) que demonstram como nos últimos anos o Brasil construiu uma prática democrática e participativa no encaminhamento das decisões acerca das políticas educacionais. Prática essa coroada com o movimento pela Base Nacional Comum (BNC) que mobilizou, nacionalmente, vários agentes interessados na formulação de um currículo nacional mínimo. O currículo surge, novamente, como elemento estratégico de intervenção orientada na esfera pública e ganhava um tratamento que buscava fortalecer as instâncias de participação democrática.

A Base Nacional fazia parte do movimento mais amplo do Plano Nacional da Educação, que estabeleceu metas importantes para o setor e é outro marco fundamental na recente experiência democrática brasileira. Essas conquistas eram indícios de que o conflito aberto, entre forças progressistas e conservadoras, estava em curso e, em alguns aspectos, a política educacional trilhava um caminho progressista.

Como indica Meucci (2016), o documento da Base Nacional Comum foi sequestrado do debate público e estamos a aguardar o retorno do seu corpo mutilado. Ao mesmo tempo, em recebemos, espantados, a Medida Provisória nº 746 de 2016, que alterou a LDB de 1996 e promoveu mudanças substanciais na organização e no formato do Ensino Médio. Formulada em caráter de urgência, a medida não se submeteu ao debate público, tendo sido rechaçada pela academia e por movimentos ligados ao setor.

No deparamos, novamente, com uma reforma de aspecto autoritário, realizada as pressas, evidência primeira do seu caráter eminentemente político. Ao não escutar as vozes que realizavam o debate público sobre o tema e ao impor alterações questionáveis do ponto de vista da qualidade do ensino público, o atual governo sinaliza que o sistema público de educação será tratado de maneira estratégica na formulação de um projeto de nação rechaçado nas urnas em diferentes pleitos eleitorais.

Quando acadêmico do ensino superior e logo após a formação universitária, minha geração tinha, em perspectiva, um cenário completamente distinto deste que se pinta hoje. Visualizávamos,

como legado da geração que nos precedeu e da nova República, que essa geração também se esmerou em construir, um espaço completamente novo para atuação profissional e para ampliação do impacto do nosso saber/fazer na esfera pública. Coube a nós transformar em prática aquilo que, anteriormente, era apenas anseio. Uma tarefa coletiva que mobiliza academia, associações científicas e esferas estatais, alcançou relativo sucesso nos últimos dez anos.

No cenário atual, em que um golpe jurídico-midiático se consolidou junto às instituições democráticas brasileiras, temos a ascensão de um regime policialesco e com espasmos autoritários. No âmbito educacional o atual governo ataca o conjunto de ações recentes que pluralizaram o currículo e as práticas docentes dos quais a sociologia faz parte. Junto com a sociologia, dessa forma, se fez presente à filosofia, a educação para as relações étnico-raciais, o ensino da história afro-brasileira, a atenção educacional para a população indígena, o debate de temas como gênero, população idosa, entre outros. O espaço escolar viu, nos últimos anos, uma pluralidade de vozes e sujeitos que até então não tinham encarado.

O ataque ao currículo e a organização que tínhamos do espaço escolar é, aparentemente, uma das primeiras estratégias para cessar as transformações pelas quais o setor educacional vinha passando. E o recurso, novamente, é o mesmo utilizado em outros momentos. Estão destruindo a segurança institucional para modificar o caráter e o conteúdo das práticas que conseguimos desenvolver nesses 27 anos da

experiência democrática, buscam, com isso, minar os efeitos que essas práticas vinham gerando nas escolas e no espaço público brasileiro.

O atual governo ataca os direitos sociais conquistados nos últimos anos, argumentando que o orçamento público não possui condições de financiar os serviços à população. Esse argumento põe em evidência uma nova figura pública, o cidadão não é mais um consumidor, é agora um capital, uma empresa, um empreendedor de si mesmo. Como consumidor, se esperava uma atitude passiva de mera aceitação e conformismo diante de um mercado que impunha as possibilidades de compra e participação materializadas em produtos. Como empreendedor, se espera que o cidadão não só compactue com regras que lhe são estranhas e, na maior parte das vezes, formuladas para lhe explorar, como trabalhe e se comporte, de forma a consolidar e fortalecer essas regras, entendendo a si mesmo como um empreendimento capitalista. E a escola, nessa conjuntura, parece se redesenhar para garantir sujeitos capazes de se enquadrar nessa nova expectativa.

O velho fantasma do doutrinamento, que visava transformar a escola num braço do autoritarismo virulento, retorna, agora, com novas máscaras, se ocultando atrás do discurso segundo o qual a escola deve assumir uma pretensa neutralidade que nada mais é do que a reprodução cega da norma vigente. Na defesa do argumento da modernização e flexibilização da estrutura de ensino, se oculta o ataque a garantia de metodologias democráticas de encaminhar as decisões políticas e a práticas já consolidadas de qualificação dos debates na esfera pública.

Agora, vivemos um momento de apreensão e suspensão. Se há poucos anos podíamos manter esperanças e um otimismo sem culpa, a esperança, hoje, é o nosso desafio coletivo. O otimismo, que antes era quase gratuito, só surge na certeza das lutas que devemos empreender buscando assegurar um espaço para as práticas que vínhamos realizando.

A nós, intelectuais e acadêmicos, já é lugar comum reconhecer e praticar a sociologia como um esporte de combate. Vejo que nos cabe a tarefa de começar a apresentar a sociologia aos nossos alunos não só como um esporte de combate, mas também como um esporte de interpretação. Porque, como podemos averiguar, as mudanças institucionais pelas quais passamos são indícios do conflito entre diferentes interpretações acerca do que seja a escola, a educação e o próprio futuro que devemos construir. Devemos assim, apresentar a complexidade das forças que se colocam em campo, das alternativas que elas representam, permitindo com que os alunos pensem, construam e mobilizem outras propostas que nós ainda não conseguimos visualizar.

O lugar que a sociologia construiu no espaço escolar, a identidade que ela desenvolveu, demonstrou na experiência recente que nossa atuação tem potencialidade de promover mudanças significativas nas instituições que atuamos. É esse legado que precisamos defender e manter vivo para que as mudanças em curso não descaracterizem uma proposta que vem apresentando resultados positivos.

Perspectivas em curso

O contexto político atual, caracterizado pela instabilidade de um governo que colocou em suspensão a ordem institucional que possuíamos, sinaliza para a realização de reformas e transformações institucionais com o objetivo de pavimentar o caminho para um projeto de nação excludente e desigual. O cidadão como empreendedor de si mesmo parece ser a figura central desse novo projeto que se levanta. E a escola a instituição responsável por preparar esse cidadão. O estado se exime da responsabilidade de assegurar direitos mínimos e relega ao indivíduo uma autonomia que só o permite aceitar resignado o que o mercado impõe para, assim, garantir sua sobrevivência.

A escola é uma instituição socializadora e, bem sabemos, o processo de socialização em si consiste num certo doutrinamento. Numa preparação orquestrada para que os sujeitos sejam capazes de agir e se comportar reconhecendo a legitimidade das regras sociais que a eles se direcionam. Podemos indicar que nos últimos vinte anos a escola brasileira vinha se organizando para promover uma socialização fundada em valores democráticos. A sociologia no ensino médio está comprometida com essa proposta.

A grande diferença que se impõe é que em momentos passados a doutrinação, que a escola promovia, atendia aos interesses de uma elite econômica e política preocupada, exclusivamente, com a manutenção dos seus privilégios. Essa elite viu seu projeto se enfraquecer quando se firmou um pacto social por meio de um governo popular que

garantiu a manutenção desses privilégios e, ao mesmo tempo, permitiu a melhoria da qualidade de vida dos mais pobres, inserindo-os no mercado de consumo. Esse pacto que vigorava fez da escola um espaço caracterizado pela pluralidade de vozes e perspectivas que antes não eram possíveis. O currículo escolar da nossa recente experiência democrática organizou-se de maneira à empoderar as vozes das minorias e fortalecer práticas – como o ensino da sociologia, que contribuíram para a qualificação da participação cidadã nos assuntos públicos.

Nessa direção, a presença da sociologia no nível médio faz parte de uma estratégia mais ampla de ações voltadas à construção de uma nova ordem política e social no Brasil. Desenvolvemos práticas e firmamos uma identidade no espaço escolar que efetivou ações transformadoras desse espaço. Marcada pela produção do conflito, como estratégia de mudança orquestrada, a sociologia como disciplina escolar se mostrou eficiente em aprofundar uma experiência democrática, que trabalha não pela doutrinação compactua com um projeto excludente, mas pela formação de uma esfera pública plural e tolerante.

Os que hoje se levantam para produzir uma escola neutra buscam, sob a máscara da isenção, transformar a escola, novamente, em um espaço castrador e autoritário. Defender a sociologia, como disciplina escolar, é atuar protegendo o projeto que ela colocou em prática, uma proposta que, em pouco tempo, produziu na escola novas formas de olhar a realidade, promovendo uma sensibilidade para temas que atualmente estão sob ataque.

O golpe possui um caráter estético, por isso se esforçam em embrutecer nossa sensibilidade, retirando das instituições civis formas de atuação que contribuíam para o enriquecimento dessa sensibilidade e conseqüente construção de novas percepções sobre a realidade. É esse um dos motivos do recente ataque a sociologia no currículo escolar.

Nossa defesa, penso eu, precisa ter no centro o legado que construímos nesses poucos anos de presença no espaço escolar. Produzir narrativas que caracterizem, reforcem e deem visibilidade a esse legado, é uma importante tarefa para firmarmos a relevância social, cultural e política das práticas que temos desenvolvidos e assim salvaguardar nossas conquistas.

Referências

Bibliografia

BITENCOURT, S. M.; RODRIGUES, F. X. F. Eu quero ser professor de Sociologia: as influências da Sociologia no ensino médio em Cuiabá (MT). **Revista Ciências Sociais Unisinos**, v. 51, p. 301-308, 2015.

CARNIEL, F.; OLIVEIRA RUGGI, L. De sociólogo e de louco todo mundo tem um pouco: ou porque a sociologia é a disciplina mais legal da escola. **Linhas** (Florianópolis. Online), v. 16, p. 235-247, 2015.

LAHIRE B. Viver e interpretar o mundo social: para que serve o ensino da sociologia? **Revista de Ciências Sociais**. v. 45, n. 1, jan/jun, p. 45-61, 2014.

MEUCCI, S. “Velhos escombros sobre uma Base nova” ou “Requiem para uma Base insepulta” In. 40ª Encontro da ANPOCS, outubro de 2016. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/home/userfiles/file/Mesa%2016%20ANPOCS.pdf>. Acesso em 04.02.2017

MEUCCI, S. Sociologia na Educação Básica no Brasil: um balanço da experiência remota e recente. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, v. 51, p. 251-260, 2015.

MORAES, A. C. O que temos de aprender para ensinar ciências sociais?. **Cronos** (Natal), v. 8, p. 395-402, 2008.

NUNES, N.; REZENDE, M.J. O Ensino da Educação Moral e Cívica durante a ditadura militar. In: III Simpósio Lutas Sociais na América Latina, 2008, Londrina. **Anais do III Simpósio Lutas Sociais na América Latina**, 2008. p. 1-11.

PEREIRA, L. H. Sociologia: a arte da ruptura, da construção e da explicação. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, v. 51, p. 244-250, 2015.

SILVA, I. L. F.; VICENTE, D. V.; NETO, H. F. A. A proposta da Base Nacional Comum Curricular e o debate entre 1988 e 2015. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, v. 51, p. 330-342, 2015.